



**ACÓRDÃO Nº 532/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº 11461/2017.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Fundo Municipal de Saúde de Uarini
- 4- **Exercício:** 2016
- 5- **Responsável:** Paulo David de Araujo Braga (Ordenador de Despesa)
- 6- **Advogado:** Não Possui
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 1541/2019-DMP, Dra. Elizângela Lima Costa Marinho, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Fundo Municipal de Saúde de Uarini. Exercício de 2016.

*Irregularidade. Multa. Recomendação.  
Determinação.*

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 4, da Resolução n.04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

**10.1. Julgar Irregular** a Prestação de Contas do Fundo Municipal de Saúde de Uarini, referente ao exercício de 2016, sob responsabilidade do **Sr. Paulo David de Araujo Braga**, Gestor e Ordenador de Despesas, nos termos do art. 19, II, c/c o art. 22, III, “b”, da Lei Orgânica deste Tribunal de Contas n.º 2.423/96, c/c o art. 11, III, “a”, item 4, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, em razão das falhas e restrições não sanadas constantes nos itens da fundamentação do Voto;

**10.2. Aplicar Multa** ao **Sr. Paulo David de Araujo Braga** no valor de **R\$ 1.706,80** (um mil, setecentos e seis reais e oitenta centavos), conforme o art. 308, I, “a” da Resolução n.º 04/2002-TCE/AM, alterado pela Resolução n.º 4/2018-TCE/AM, por cada mês (janeiro a dezembro) de atraso na remessa dos dados informatizados, totalizando o montante de **R\$ 20.481,60** (vinte mil, quatrocentos e oitenta e um reais e sessenta centavos), item 4 da fundamentação, que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do



**ACÓRDÃO Nº 532/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE.

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo;

- 10.3. Aplicar Multa ao Sr. Paulo David de Araujo Braga** no valor de **R\$ 13.654,39** (treze mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais e trinta e nove centavos), conforme os termos do art. 54, II, da Lei n.º 2.423/96 c/c art. 308, inciso VI, da Resolução n.º 04/2002-TCE/AM, alterado pela Resolução n.º 4/2018 – TCE/AM, por atos praticados com grave infração à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, das restrições 5, 6, 7, 11, 13, 17, 19, 20 "g", 21 "b", "e", "f" e "g", 22 "b", "e", "f" e "g", 23, 24 e 25 "b", "d", "f" e "g", da fundamentação do Voto, que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE.

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo;

- 10.4. Recomendar** à Prefeitura Municipal de Uarini e seu respectivo Chefe do Executivo Municipal de Uarini que realize os repasses do percentual mínimo constitucional dos recursos ao Fundo Municipal de Saúde de Uarini, nos termos dos arts. 14 e 16, da Lei Complementar nº 141/12, item 7 da fundamentação do Voto;

- 10.5. Recomendar** ao Fundo Municipal de Saúde de Uarini que:

**10.5.1.** Atenda com rigor o que estabelece o art. 36, da Lei Complementar nº 141/2012, item 6 da fundamentação do Voto;

**10.5.2.** Seja estritamente atendido as exigências previstas no art. 2º da Resolução nº 04/2016-TCE/AM, item 8, 10, 15 e 16 da fundamentação do Voto;



**ACÓRDÃO Nº 532/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

**10.5.3.** Observe as normas contábeis, em especial quanto às fases de processamento da despesa pública, item 19 da fundamentação do Voto;

**10.5.4.** Estabeleça previsão legal para o pagamento dos vencimentos dos servidores contratados temporariamente por prazo determinado. E que as Notas de Empenhos/Ordem de Pagamentos devam conter os valores de retenções dos impostos (ISS, INSS e IRRF), tanto para pessoa física e jurídica, dentro dos limites previstos em Lei, item 26 da fundamentação do Voto;

**10.6. Determinar** à próxima comissão de inspeção que verifique se vem sendo cumprida a obrigação contida no art. 63, § 2º, da Lei n.º 4.320/64, item 23 da fundamentação do Voto.

**11- Ata:** 20ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**12- Data da Sessão:** 3 de Julho de 2019

**13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Mario Manoel Coelho de Mello e Luiz Henrique Pereira Mendes (Convocado).

**14- Representante do Ministério Público de Contas:** Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

**YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS**  
Conselheira-Presidente

**ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR**  
Conselheiro Relator

**JOÃO BARROSO DE SOUZA**  
Procurador-Geral